

As milícias atuam de forma cada vez mais parecida com a Máfia italiana, diz a antropóloga Alba Zaluar. Pesquisadora da violência urbana, ela vê com preocupação a influência crescente dessas organizações paramilitares na política

por Matheus Rocha

8 PERGUNTAS PARA ZALUAR



REPRODUÇÃO

1. Estima-se que 2 milhões de pessoas vivam sob o jugo da milícia no Grande Rio. Que fatores cooperaram para o crescimento do grupo?

Existe uma facilidade de ocupar terras, principalmente porque as pessoas que habitam essas terras públicas e privadas não têm título de propriedade. Então elas podem ser tomadas facilmente. Existe também a facilidade gerada pelo sistema de cartórios, que é privado e no qual é possível registrar terras. Os milicianos hoje em dia são grileiros de terras. Essa é provavelmente a principal atividade deles, mas já existiram outras. E tudo isso acontece por falta de posturas urbanas que sejam cumpridas. Falta um código urbano, apesar de o Rio de Janeiro ser a primeira cidade a ter um plano diretor. Esse plano, no entanto, não consegue entrar nesta área mais judicial, áreas nas quais é possível registrar título de propriedade, que é onde a banda toca. No caso, onde a milícia toca. Por isso ela se espalha tão rapidamente e ganha tanto dinheiro.

2. A senhora já afirmou que a milícia não é um poder paralelo, e sim o próprio poder. Por que isso acontece?

Essa questão do poder paralelo é complicada, porque é como se você imaginasse um outro Estado estabelecido ao lado deste Estado. Isso tem outro nome. Não é poder paralelo, mas, sim, crime organizado. É uma rede de relações de pessoas que têm conexões e conseguem ganhar muito dinheiro ilegalmente. São negócios que, apesar de ilegais, começam a se infiltrar em negócios legais. Tem sempre a possibilidade de combinação da legalidade com a ilegalidade, especialmente com a grilagem de terra. Uma vez reconhecida a propriedade, ela se torna legal. A milícia está cada vez mais próxima da Cosa Nostra, a Máfia italiana. Eles fazem exatamente isso, também são excelentes negociantes e misturam negócios legais com ilegais.

3. Quais são as diferenças entre o modelo operacional da milícia e o das facções criminosas?

As facções criminosas são formadas por pessoas que não têm uma formação em negócios. Elas vão fazendo e aprendendo. São mais toscas do ponto de vista de operações empresariais. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é mais parecido com a milícia do Rio, porque fazem grandes negócios e têm uma organização empresarial. O tráfico de drogas no Rio não tem isso, mas a milícia tem. Ela tem mais formação, profissionais de várias áreas e preparo militar. Entre os traficantes, existe bastante horizontalidade, mas tem a separação entre o dono e o resto da quadrilha. O chefe tem uma posição muito privilegiada. Ele fica com parte do ganho e decide quem vai morrer e quem não vai. Aliás, ele está sempre desconfiado de que alguns de seus seguidores possam matá-lo. Existe insegurança em relação a seu próprio bando e em relação a bandos rivais, que podem invadir. É uma vida de cão.

4. Como a ausência do Estado em áreas de vulnerabilidade social ajudou no crescimento da milícia?

Não existe uma ausência total do Estado no que se refere a uma política social. Existem escolas, projetos de esporte e de cultura, postos de saúde. Mas tudo funciona mal. É essa a questão. O serviço de segurança é o pior para essas pessoas. É praticamente inexistente, por isso que acabam apoiando as milícias e os próprios traficantes, porque dão alguma segurança. Infelizmente, o único projeto que tentava fazer esse policiamento presencial nas favelas está em seus estertores. Acho que a esquerda tem culpa nisso. Desde o início ela atacou a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) dizendo que era a militarização da favela. Mas conversei com moradores para uma pesquisa e a maior parte apoiava, apesar de reclamarem muito que o policiais militares não os tratavam bem e faziam esculachos.

5. Os milicianos tomam para si a função de garantir segurança pública, tirando essa atribuição das mãos do Estado. A senhora enxerga que esse modelo de privatização da segurança está em crescimento no Brasil?

Nós, que investigamos essa área, sempre ficamos impressionados com a existência de um número maior de seguranças privados do que de policiais no Rio de Janeiro. Sempre houve um número enorme de seguranças privados. O que é apavorante agora é o fato de que essa privatização foge completamente de qualquer controle institucional e formal. Além do mais, não sabemos quais são as relações entre empresas privadas de segurança e a milícia, mas provavelmente existem. Provavelmente há troca de pessoal e troca de informação.

6. A flexibilização da posse de armas é um reflexo da tendência de colocar a segurança pública em mãos privadas?

Sim, claro. A sugestão que é dada ao cidadão agora é esta: “Faça justiça com suas próprias mãos. Arme-se e defenda-se”. Isso é uma estupidéz. Obviamente quem está nessa vida há muito tempo manuseia muito melhor uma arma de fogo. Além do mais, uma arma pode ser usada contra qualquer um, inclusive contra um familiar.

7. No Rio, já foram eleitos vereadores e deputados ligados à milícia e, nesta terça-feira 21, veio a público a notícia de que Flávio Bolsonaro empregou em seu gabinete a mãe e a mulher de um miliciano. Em que medida a relação promíscua entre milícia e política pode ser prejudicial à democracia?

Pode ser muito (*prejudicial*), porque há um grupo de interesse muito forte. São escusos e nada democráticos. Eles não hesitam em matar quem interfere em seus negócios. Trouxeram para a Câmara e para a Assembleia Legislativa um jogo barra-pesada. Estabeleceram um tipo de controle dos eleitores, um curral eleitoral, e esses eleitores estão nas mãos deles. Se não fizerem o que é dito, podem ser expulsos, perder sua residência ou ser mortos. Isso é péssimo, porque anula totalmente a independência e a autonomia do eleitor de escolher seu candidato.

8. A Operação Os Intocáveis prendeu cinco milicianos suspeitos de envolvimento no assassinato de Marielle Franco. O que a participação de milicianos na morte da vereadora sinaliza?

Sinaliza que o jogo pesado já está na Câmara Municipal e na Assembleia, o que é muito preocupante. Isso é a negação da democracia. O regime democrático é um jogo parlamentar em que existem regras que proíbem justamente a eliminação física do rival. É preciso negociar, debater, usando a fala, e não a arma. Isso é uma deformação total do estado democrático de direito, que é baseado no jogo parlamentar. —